



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA**  
**CASA JUSTINIANO FERREIRA DOS SANTOS**

**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER DO RELATOR**

**Projeto de Lei nº 20/2025**

Ementa: Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a transferir, por doação, uma área de terreno ao Governo do Estado da Paraíba, para a construção de uma Escola Cidadã Integral no Município de Cacimba de Areia-PB, e dá outras providências.

**I – RELATÓRIO**

Chega a esta Comissão de Justiça e Redação, para apreciação quanto aos aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, o Projeto de Lei nº 20/2025, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, que tem por objeto a autorização legislativa para doação de área de terreno de propriedade do Município de Cacimba de Areia ao Governo do Estado da Paraíba, visando a construção de uma Escola Cidadã Integral.

A matéria está devidamente instruída e cumpre os requisitos formais de apresentação.

**II – ANÁLISE**

A iniciativa é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo Municipal, em conformidade com o art. 30, I, da Constituição Federal, e com as disposições da Lei Orgânica Municipal, que atribuem ao Prefeito a competência para dispor sobre a administração e alienação de bens públicos, desde que mediante autorização legislativa.

O objeto da doação está vinculado a finalidade pública relevante — a construção de uma unidade escolar estadual de tempo integral — o que atende aos princípios da administração pública, especialmente ao



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA**  
**CASA JUSTINIANO FERREIRA DOS SANTOS**

interesse público, à eficiência e à efetivação do direito fundamental à educação.

Do ponto de vista constitucional e legal, não há impedimentos para a alienação gratuita de imóvel público, desde que respeitado o interesse público devidamente comprovado e autorizado por lei específica, como se dá no presente caso.

Em relação à juridicidade, verifica-se que o projeto encontra respaldo na legislação vigente, não havendo incompatibilidade normativa.

Quanto à técnica legislativa, a proposição apresenta forma clara, concisa e adequada, observando os preceitos da Lei Complementar nº 95/1998, que disciplina a elaboração e alteração das leis.

**III – CONCLUSÃO**

Ante o exposto, esta Comissão de Justiça e Redação manifesta-se pela CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE, JURIDICIDADE E ADEQUADA TÉCNICA LEGISLATIVA do Projeto de Lei nº 20/2025, opinando por sua aprovação e regular tramitação até deliberação do Plenário.

Sala da Comissão, em 25 de setembro de 2025.



DAMIÃO PEREIRA DE FARIAS  
Relator





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA**  
**CASA JUSTINIANO FERREIRA DOS SANTOS**

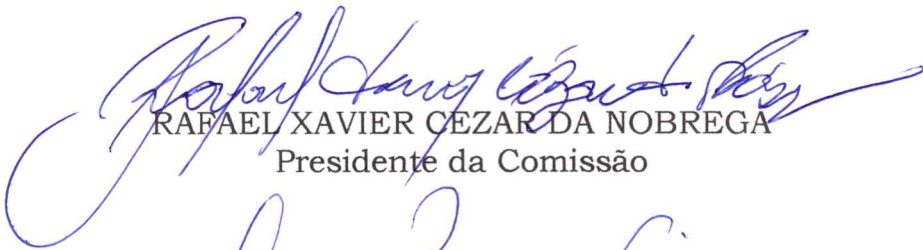
**RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR**

**Parecer da Comissão**


A COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO, em sessão de 25 de setembro de 2025, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária n.º 20/2025.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores  
RAFAEL XAVIER CEZAR DA NOBREGA – Presidente  
DAMIÃO PEREIRA DE FARIAS – Relator  
TEOMAR GONÇALVES DA SILVA – Membro

Sala das Sessões em, 25 de setembro de 2025.

  
RAFAEL XAVIER CEZAR DA NOBREGA  
Presidente da Comissão

  
DAMIÃO PEREIRA DE FARIAS  
Relator

  
TEOMAR GONÇALVES DA SILVA  
Membro

